

Item 9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 4, de 2017, de autoria do deputado Carlos Cezar. Proíbe a cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de TV ou acesso a internet, na mesma fatura, ou de modo que possa induzir o consumidor a erro. Pareceres nºs 2128, 2129 e 2130, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, favoráveis.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 171, de 2017, de autoria do deputado Milton Vieira. Dispõe sobre a inclusão da disciplina "Xadrez" nas grades curriculares de Ensino Fundamental e Médio das escolas da Rede Pública do Estado. Parecer nº 1633, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 1634, de 2017, da Comissão de Educação, favorável ao projeto e à emenda. Parecer nº 2143, de 2017, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda.

Em discussão Projeto de lei nº 171, de 2017. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, com pareceres divergentes. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 11 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 207, de 2017, de autoria do deputado Professor Auriel. Torna obrigatório o fornecimento de rodas e pneus sobressalentes em idênticas dimensões das demais rodas e pneus que equipam os veículos novos, nacionais e importados, comercializados no Estado. Pareceres nºs 2132 e 2133, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos do Consumidor, favoráveis.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 12 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 390, de 2017, de autoria do deputado Gilmaci Santos e outros. Institui no âmbito dos estabelecimentos carcerários das Comarcas do Estado, a possibilidade de remição de pena pela leitura. Parecer nº 1436, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2140, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 13 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 549, de 2017, de autoria do deputado Edson Giriboni. Institui a "Campanha de Educação Digital", no Estado. Parecer nº 1350, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2131, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 14 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 632, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Acrescenta inciso IX ao artigo 14 da Lei n.º 11.165, de 2002, que institui o Código de Pesca e Aquicultura do Estado. Parecer nº 1483, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2134, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Atividades Econômicas e de Finanças, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 15 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 755, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Institui o "Dia da Conscientização da Síndrome de Edwards". Parecer nº 1457, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Pareceres nºs 2135 e 2136, de 2017, respectivamente, das Comissões de Saúde e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação as emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, com pareceres favoráveis. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

Item 16 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 926, de 2017, de autoria do deputado Doutor Ulysses. Autoriza o Poder Executivo a instalar um restaurante do Programa Bom Prato, em Itapeva. Parecer nº 2098, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2137, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 17 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 984, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo de Opioides. Parecer nº 2138, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 18 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1002, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre imóveis da CESP - Companhia Energética de São Paulo que estejam na posse de Universidades Públicas Estaduais. Parecer nº 2139, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Infraestrutura, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, parágrafo 5º, ambos do Regimento Interno, esta Presidência convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, um minuto após o término desta sessão, com a finalidade de apreciar a redação final dos seguintes projetos de lei: PL nº 374, de 2012, PL nº 171, de 2017, e PL nº 755, de 2017.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a todos os deputados, às comissões e ao Colégio de Lideres que deram condição, neste momento, com a aprovação do Projeto de Lei nº 632/17, de uma necessidade do estado de São Paulo ser absorvida. Por quê?

Nós temos hoje esse peixe, chamado dourado, que é um peixe muito utilizado pela pesca esportiva. Hoje, a pesca esportiva tem uma TV particular com quase 87 mil acessos. Tem quase quatro milhões de adeptos à pesca esportiva, mas,

infelizmente, por causa dos acontecimentos nos rios do nosso Estado, muitas vezes a pesca extrativa, ou então usinás que derramam produtos químicos, nós tivemos um decréscimo muito grande na questão desse peixe ser encontrado no estado de São Paulo.

Então, com essa proibição de três anos de pesca, nós vamos conseguir com as faculdades, fazer análises de como aumentar o cardume desse peixe, também de colocar laboratórios específicos para pegar as melhores matrizes e depois fazer o repovoamento das regiões.

Isso é importantíssimo para a fauna, porque não podemos deixar uma espécie de peixe do estado de São Paulo vir, não só à lista de extinção, mas ser totalmente extinto, como outro já foi, no estado de São Paulo.

Quero agradecer a V. Exa. por conduzir esta sessão, como também o apoio de todos os deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é dia 15 de dezembro, temos um preceito constitucional que nos embasa para dar continuidade nos trabalhos. A Assembleia Legislativa não pode entrar em recesso sem ter votado as contas do governador e o Orçamento. Dessa forma, nos termos do § 4º, do Art. 9º, da Constituição do Estado de São Paulo, tendo em vista a não apreciação do projeto de decreto legislativo, que dispõe sobre as Contas do Executivo, bem como a não aprovação do projeto de lei que orça e fixa despesas para o exercício de 2018, esta Presidência comunica a continuidade das sessões legislativas. Na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, portanto, teremos uma pauta com projeto de urgência constitucional com prazo vencido e os projetos vetados nos termos do disposto nos Artigos 26 e 28, da Constituição do Estado. Os demais itens sairão de pauta, o que não impede, todavia, que se convoquem sessões extraordinárias para os outros projetos. Desta forma, esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia assim colocada.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 57 minutos.

18 DE DEZEMBRO DE 2017 190ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA, CORONEL CAMILO, ORLANDO BOLÇONE, MARIA LÚCIA AMARY, MARCO VINHOLI e CAUÊ MACRIS

Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Saúda a presença dos servidores da SPPrev nesta Casa. Informa que os mesmos vieram à esta Casa para uma audiência pública. Relata que os mesmos estão em greve a partir de hoje, em razão das precárias condições de trabalho e dos baixíssimos salários. Afirma que o Governo não investe nos servidores e na infraestrutura. Discorre sobre o projeto de lei complementar que reestrutura a carreira dos servidores da São Paulo Previdência, e que já deveria ter sido encaminhado para esta Casa. Diz ser esta greve justa e democrática. Apela à Secretaria da Fazenda e ao governador Geraldo Alckmin para que encaminhem o projeto à esta Casa o quanto antes, para que seja votado no início de fevereiro do próximo ano. Exibe documento, enviado pelos servidores, sobre o que consideram o descaso do governo de São Paulo com a Previdência estadual. Relata que mais de 20% dos servidores da SPPrev prestam outros concursos.

3 - CORONEL CAMILO

Assume a Presidência. Faz coro ao pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

4 - CORONEL TELHADA

Apoia a manifestação dos servidores da SPPrev. Lamenta o falecimento do bombeiro João Batista Antognolli, da brigada de Mogi Mirim, que foi atropelado após apagar o incêndio em um caminhão. Lembra da PEC, de sua autoria, para que o Corpo de Bombeiros seja independente da Polícia Militar. Discorre sobre a matéria do Estadão "A praga dos pancadões". Menciona o PL 16049/15, de sua autoria e do deputado Coronel Camilo, que tem o objetivo de coibir este tipo de crime e desordem. Defende a necessidade de uma maior fiscalização. Elogia a polícia e os prefeitos regionais, que trabalham no combate da desordem. Parabeniza o prefeito de São Paulo, João Doria, pelo trabalho nesta área, juntamente com a Polícia Militar. Pede ao prefeito João Doria que lance sua candidatura ao Governo de São Paulo. Congratula o deputado Marcos Martins pelo trabalho em combate do amianto.

5 - ORLANDO BOLÇONE

Assume a Presidência.

6 - CORONEL CAMILO

Discorre sobre o lançamento do projeto "Internet para todos", lançado neste sábado em Bauru, juntamente com prefeitos da região e o ministro Gilberto Kassab. Afirma ser esta uma conquista do ministro Gilberto Kassab, que contribuiu para que fosse colocado em órbita o primeiro satélite inteiramente brasileiro, que cobrirá toda a fronteira seca e litoral do País, permitindo que todo o Brasil tenha internet. Informa como as cidades brasileiras podem ter acesso à este projeto de internet. Parabeniza o ministro pelo projeto. Cobra do governador Geraldo Alckmin o envio do projeto de reajuste dos funcionários públicos. Diz ser a polícia de São Paulo um exemplo para o Brasil.

7 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

8 - ORLANDO BOLÇONE

Exibe matéria de jornal, informando que São José do Rio Preto, apesar da crise, teve um crescimento de 0,86%. Informa que o IBGE divulgou os números e o ranking do PIB de cidades e estados. Cita os números da cidade de São José do Rio Preto e sua classificação no Estado e no País. Cita a evolução do PIB desde 2010 até hoje. Diz ter a cidade os melhores indicadores de Educação e Saúde da região noroeste. Cumprimenta todas as instituições, as lideranças políticas, professores, pesquisadores e o empresariado que contribuíram para estes índices.

9 - MARCOS MARTINS

Discorre sobre a lei federal de combate ao amianto. Agradece pelo apoio dos deputados desta Casa. Pede o apoio dos deputados na luta contra o benzeno. Menciona lei de sua autoria, sobre o assunto, vetado pelo governador. Informa que o vapor, exalado durante o abastecimento de carros, prejudica a saúde das pessoas, causando câncer. Solicita que os deputados derrubem o veto do governador. Afirma que este projeto não tem custo algum para o Estado. Esclarece que o projeto visa proibir o uso do gatilho ao final do abastecimento dos carros. Ressalta que o benzeno já foi proibido em quatro estados brasileiros.

10 - CARLOS GIANNAZI

Solidariza-se com Ivana Jinkings, da Editora Boitempo, que de acordo com este deputado, está sendo ameaçada por pessoas que não respeitam a diversidade de pensamento. Menciona a publicação de livros importantes por esta editora, sobre temas que trabalham o desenvolvimento do pensamento crítico e resgatando obras e artistas importantes. Pede que sejam tomadas providências imediatas. Solicita que a Secretaria de Segurança Pública faça uma investigação rigorosa. Repudia todas as ameaças sofridas pela editora.

11 - CARLOS GIANNAZI

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h15min.

13 - MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h36min.

14 - MARCO VINHOLI

Solicita a suspensão dos trabalhos por 45 minutos, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h36min.

16 - MARCO VINHOLI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h22min.

17 - WELLINGTON MOURA

Solicita a suspensão da sessão por 30 minutos, por acordo de lideranças.

18 - PRESIDENTE MARCO VINHOLI

Defere o pedido e suspende a sessão às 17h22min.

19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h51min.

20 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Pelo art. 82, faz críticas ao relator do processo judicial, que tramita no Paraná, cujo réu é o ex-presidente Lula.

21 - ENIO TATTO

Pelo art. 82, faz comentários sobre reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, ocorrida em 14/12, que aprovou as contas do governador Geraldo Alckmin referentes ao período de 2016. Lamenta que não tenha sido aprovada, nesta Comissão, proposta de convocação do relator do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que analisou as contas. Aponta problemas de administração e gestão no governo estadual.

22 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para Questão de Ordem, faz questionamento a respeito da possibilidade de substituto eventual nas reuniões de comissões temáticas desta Casa.

23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Esclarece que as comissões da Casa têm membros titulares e membros suplentes, e explica que na ausência de ambos a Presidência pode conceder autorização para, eventualmente, um terceiro parlamentar assumir a vaga na comissão em questão.

24 - ENIO TATTO

Para comunicação, sugere que os vice-líderes, e não apenas os líderes, de cada partido possam solicitar substituição de parlamentar em reunião de comissões parlamentares.

25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Informa que atua, nesta questão, de acordo com o expresso no Regimento Interno da Casa.

ORDEM DO DIA

26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Suspende a sessão, por conveniência da ordem às 18h10min; reabrindo-a às 18h16min. Coloca em votação requerimento, do deputado Campos Machado, de alteração da ordem do dia.

27 - CAMPOS MACHADO

Encaminha a votação do requerimento de alteração da ordem do dia, pelo PTB.

28 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, tece elogios à atuação parlamentar do deputado Teonílio Barba.

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas e 10 minutos.

30 - TEONILIO BARBA

Encaminha a votação do requerimento de alteração da ordem do dia, pelo PT.

31 - CAMPOS MACHADO

Para reclamação, rebate o pronunciamento do deputado Teonílio Barba sobre a apreciação da PEC nº 5 nesta Casa.

32 - LUIZ CARLOS GONDIM

Para comunicação, defende a aprovação da PEC nº 5. Considera que esta proposta deverá aumentar a arrecadação tributária estadual. Critica a aprovação, nesta Casa, do Projeto de lei nº 920, de 2017.

33 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, elogia a atuação do deputado Luiz Carlos Gondim.

34 - CAMPOS MACHADO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

35 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anota o pedido. Convoca, para hoje, reuniões conjuntas: das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 19 horas e 01 minuto; e das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após o término da anterior. Defere o pedido do deputado Campos Machado. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 19/12, à hora regimental, com ordem do dia. Lembra a realização de sessão extraordinária, prevista para as 19 horas e 10 minutos de hoje. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquisição dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado

Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapienza. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiali. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente e telespectadores da TV Assembleia, que nos assistem agora na Grande São Paulo, na Baixada Santista e no interior paulista, quero, primeiramente, saudar a honrosa presença dos servidores da São Paulo Previdência.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Camilo.

Esses técnicos e analistas que estão presentes na Assembleia Legislativa acabaram de realizar uma grande audiência pública. Eles entraram em greve, hoje, contra o descaso do governo, os baixíssimos e precarizados trabalhos, as precárias condições de trabalho. É um absurdo o que vem acontecendo com eles, há um bom tempo.

Em outros anos já havíamos realizado, aqui, outras audiências públicas; e eles já haviam feito greves. Mas a situação não muda, porque o governo não investe nos seus servidores. Sobretudo, não investe nessa infraestrutura que cuida das aposentadorias e pensões dos servidores estaduais. Temos sistematicamente denunciado, aqui - até em exaustão - os atrasos das aposentadorias, principalmente da área em que atuamos, a Educação, isto é, os professores e o pessoal do quadro de apoio da Educação.

Hoje, um professor protocola, na escola, um pedido de aposentadoria e fica quatro anos esperando sair sua aposentadoria. Uma boa parte da demora é na própria Secretaria da Educação, na diretoria de ensino e nos departamentos burocráticos da Secretaria da Educação, que também estão precarizados, sem estruturas e sem funcionários.

Depois, quando o processo chega à São Paulo Previdência, apesar de todo o esforço dos técnicos e dos analistas - que são poucos para lidar com um número muito grande de processos -, temos também os atrasos, porque lá não há investimento, tanto do ponto de vista da infraestrutura humana como material.

A situação é tão insuportável que eles entraram em greve, denunciando todo esse descaso, principalmente em relação a um PLC que já foi debatido com os servidores, com os técnicos e analistas, um Projeto de lei Complementar que já deveria ter sido encaminhado à Assembleia Legislativa e votado há um bom tempo, mas até agora o governo não encaminhou o PLC.

Estamos praticamente terminando o ano legislativo, terça ou quarta-feira a Assembleia entra em recesso, e o projeto ainda não chegou e nem foi aprovado. Por isso os servidores entraram em greve e têm todo o nosso apoio. É uma greve justa, democrática e tem todo o amparo da Constituição Federal.

O que eu quero, presidente, é, através da tribuna da Assembleia Legislativa, fazer um apelo à Secretaria da Fazenda e ao governo Alckmin para que o projeto seja encaminhado ainda hoje, para que possamos, ao menos, deixá-lo pronto para ser votado o mais rápido possível. Se não votarmos até quarta ou quinta-feira, que pelo menos ele seja o primeiro projeto a ser votado no início de fevereiro. Que ele fique pronto para ser votado, porque ele trata da carreira, reestrutura o plano de carreira dos técnicos e analistas da São Paulo Previdência. Esse é o teor do projeto. Ele não resolve a situação, está muito aquém de resolvê-la e fazer justiça a esses servidores, mas já seria um pequeno alento a essa situação caótica em que se encontram os técnicos e analistas.

Estou entrando em contato com o secretário da Fazenda e vamos fazer pressão para que o projeto seja encaminhado. Mas, da tribuna, já faço um apelo ao secretário da Fazenda e à Casa Civil, para que o projeto seja encaminhado imediatamente, porque a situação da São Paulo Previdência é gravíssima. Não há condições de os trabalhadores e trabalhadoras elaborarem os projetos e os processos de aposentadoria, porque a infraestrutura é precarizada e a carreira está praticamente paralisada há muitos anos.

Lembro-me de quando fizemos a reforma da Previdência em 2007 e também da aprovação do projeto que criou essa carreira, mas, até hoje, não houve investimento.

Estou, também, com um documento importante do movimento da comissão de greve, cujo título é "O descaso do governo do estado de São Paulo com a Previdência estadual", que eu gostaria que fosse publicado na íntegra no Diário Oficial do Poder Legislativo para que toda a população saiba o que está acontecendo com nossos analistas e técnicos.

Faço um apelo, também, não só em meu nome, mas no de todos os servidores, que estão sendo penalizados com a falta de investimento na São Paulo Previdência, porque quando eles são deixados de lado, quando não são valorizados, todos os servidores pagam, porque temos o acúmulo de processos de aposentadoria. Há muitos processos paralisados, não porque eles não querem. Eles querem trabalhar, estão trabalhando muito, mas são poucos servidores e há uma evasão muito grande.

Há uma estatística segundo a qual mais de 20% dos servidores saem, tentam concursos em outras áreas, ou seja, há uma grande rotatividade e abandono da carreira, porque, como eu disse na nossa audiência pública, uma pessoa que passa no concurso de técnico e de analista passa, também, em outros concursos, porque esse é um concurso difícil. Não é fácil ingressar nessa carreira. Então a pessoa passa em outro, vai embora e aí você perde todo um conhecimento acumulado, e chegam os novos, uma parte dos serviços está com uma empresa terceirizada e que sabemos como funciona. Há greve também, alta rotatividade e o atendimento é diferenciado para pior, logicamente, porque nós sabemos que representa a terceirização.

Sr. Presidente, termino a minha intervenção de hoje apelando ao secretário da Fazenda e ao governador Geraldo Alckmin para que encaminhe, em regime de extrema urgência, o PLC para a Assembleia Legislativa. E, chegando o projeto aqui, eu apelo à Alesp para que possamos votar também em caráter de urgência.

Solicito ainda que as cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas ao secretário da Fazenda e ao governador Geraldo Alckmin.

Passarei a ler o documento dos servidores, dos técnicos e analistas:

"Descaso do Governo do Estado de São Paulo com a previdência estadual

A São Paulo Previdência - SPPrev, autarquia estadual, vinculada à Secretaria Estadual da Fazenda, é responsável por administrar a folha de pagamento das pensões e aposentadorias da administração direta e indireta do Estado de São Paulo, bem como da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, das universidades, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A situação funcional da SPPrev, hoje é de abandono. Atualmente a autarquia encontra-se defasada em torno de 20% do seu quadro efetivo. Situação que acaba por gerar atrasos na concessão dos benefícios aos aposentados e pensionistas civis e militares. Para ilustrar a falta de funcionários, no setor de concessão de benefícios existem hoje apenas 26 servidores para dar conta de 15 mil pedidos de inatividades civis.

Junta-se a isso o fato de que a categoria de empregados da SPPrev está sem quaisquer melhorias em termos de remuneração desde 2013. Com os baixos salários pagos, a Autarquia vem sofrendo com a saída de servidores antigos e experientes, que encontram no mercado a possibilidade de reposição salarial, o que impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados.